



FICAR EM CASA É UMA QUESTÃO DE SAÚDE, DIVIDIR AS TAREFAS E VIVER SEM VIOLÊNCIA TAMBÉM

Karine Pereira de Freitas¹; Domênica Rodrigues dos Santos Silva²; Laécia Medeiros Jalil³; Luiza Carolina da Silva⁴; Luana Cristine da Silva⁵; Jannah Bruna Miranda de Oliveira⁶; José Claudivam da Silva⁷; Maria do Socorro Oliveira⁸

RESUMO

A Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico é uma iniciativa da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste e organizações associadas, que tem como objetivo aprofundar o debate acerca da sobrecarga de afazeres domésticos e de cuidados para o enfrentamento à violência doméstica e a garantia de que as mulheres possam viver em segurança no seu território seja no campo ou na cidade, sobretudo no atual contexto de pandemia de covid-19. Nesse sentido, buscou-se através de revisão bibliográfica e as principais pesquisas e dados relacionados ao tema, que em conjunto com o diálogo permanente da Campanha com as mulheres, constatou a injusta divisão do trabalho doméstico e o crescimento da violência de gênero, intensificada pelos indicadores de raça, classe e territorialidade. Assim, a Campanha destaca a necessidade do tema ser tratado como responsabilidade de todas/os e que precisa ser discutido com a sociedade, visando uma mudança social a partir da criação de redes de apoio e do compartilhamento das tarefas entre as pessoas que moram na mesma casa.

Palavras-chave: Divisão Justa; Mulheres; Pandemia; Trabalho Doméstico.

¹ Karine Pereira de Freitas, graduada em Licenciatura Plena em História pela UFRPE, integra o Núcleo Jurema: Feminismos, agroecologia e realidades/UFRPE. E-mail: karinne_33@hotmail.com.

² Professora, negra, mãe de uma menina, feminista, membra da coletiva CAIANA, da ABA e do núcleo de Artes e Letras da UFSB; Mestra em Educação, Educadora Griô em formação, Educadora pedagógica da ETAPAS. E-mail: rodrigues.domenica@gmail.com.

³ Professora Dra. da UFRPE, feminista, mãe de Inácio; Membro do GT de Mulheres da ANA e da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste; Socióloga. Email: laeticiajalil@gmail.com

⁴ Luiza Carolina da Silva, graduanda em Ciências Econômicas pela UFRPE, integrante do Núcleo Jurema: Feminismos, agroecologia e ruralidades/UFRPE. E-mail: luizacsilva00@gmail.com.

⁵ Luana Cristine Silva, graduanda do curso de engenharia florestal da UFRPE e integrante do Núcleo Jurema: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades. E-mail: luanacristine209@gmail.com

⁶ Jannah Bruna Miranda de Oliveira, graduanda em Ciências Sociais pela UFRPE, integrante do Núcleo Jurema: Feminismos, agroecologia e ruralidades/UFRPE. E-mail: oliveirajannah@gmail.com.

⁷ Graduando pelo Curso de Ciências Sociais da UFRPE/SEDE; graduado pelo Curso de Direito da Faculdade Damas –FADIC, Integrante do Núcleo JUREMA: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades, E-mail: jclaudivamsilva@hotmail.com.

⁸ Professora Dra. da UFRPE, feminista, Pró-Reitora de Ensino de Graduação da UFRPE. E-mail: socorroliveira@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Os novos tempos de pandemia de Covid-19 escancaram velhas realidades que historicamente foram invisibilizadas, desdobrando-se no aprofundamento de desigualdades e provocando diversas crises, entre elas a sobrecarga do trabalho doméstico e a crise do cuidado, as quais são extremamente nocivas à saúde e ao bem-estar das mulheres, assim como ameaça retroceder em décadas as conquistas femininas (MENA, 2021).

Desde os primeiros meses de 2020 a pandemia se arrasta de forma a intensificar a divisão sexual do trabalho, que precisa ser vista como uma desigualdade violenta no cotidiano das mulheres sejam elas do campo, da cidade, da floresta ou das águas, e que muitas vezes tem seu ponto de partida na injusta divisão das tarefas em casa, revelando como a educação que as meninas recebem em seus lares está fortemente marcada pelas relações sociais de gênero⁹.

A pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD, 2020), dialoga com essa realidade quando mostra que as mulheres realizam uma jornada de trabalho doméstico semanal de 10h24m a mais em comparação a dos homens. Isso representa quase o dobro da jornada masculina. Também são as mulheres à frente das principais atividades relacionadas aos cuidados como cozinhar (93,5%), lavar louça (93,5%) e cuidar das roupas (91,2%). Já no contexto rural, onde as mulheres enfrentam uma invisibilidade tanto no campo considerado produtivo (roça/quintal produtivo), quanto no que se refere ao trabalho doméstico e de cuidados, as relações sociais de gênero demarcam com mais força a divisão sexual do trabalho, refletindo em um maior aprofundamento das desigualdades. (MORAES; JALIL; COSTA, 2017).

O que significa que num universo onde as mulheres já são sobrecarregadas, as jornadas de trabalho delas tende a se agravar com a pandemia, sobretudo com as medidas de isolamento social, em que o confinamento de familiares, as escolas e creches fechadas e o cuidado com os doentes condiciona às mulheres ao aumento da sobrecarga física, à violência doméstica e ao adoecimento mental.

É nesse contexto pandêmico de agravamento das desigualdades e violência que a Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico é relançada junto às organizações que compõem a Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste¹⁰ com o lema: “*Ficar em casa é uma*

⁹ Danièle Kergoat (2009) relata que as relações sociais de sexo se referem à tensão entre o grupo social homens e o grupo social mulheres sobretudo em torno do trabalho e suas divisões, por isso afirma que as relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são dois termos indissociáveis.

¹⁰ É composta pela Casa da Mulher do Nordeste (CMN/(PE), MOC (BA), do SASOP (BA), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais Nordeste (MMTR – NE), Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), ASPTA (PB), ESPLAR (CE), AACC (RN), ASSEMA, CETRA (CE), CF8 (RN), Fórum de Mulheres de Mirandiba (PE), Rede de Mulheres do Pajeú (PE), Centro Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (PE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal do Ceará (UFC), dentre outras organizações, instituições e movimentos sociais de mulheres. A Campanha por estar inserida em um contexto

questão de saúde, dividir tarefas e viver sem violência também”, buscando recolocar o debate sobre a injusta divisão do trabalho doméstico e de cuidados como uma dimensão da violência contra as mulheres.

Essa ação demonstra a necessidade do tema ser tratado enquanto responsabilidades de homens e mulheres e discutido com toda a sociedade, por esse motivo a Campanha tem como objetivo aprofundar o debate e defender medidas que garantam a proteção e vida digna das mulheres, visando uma mudança social onde o compartilhamento das tarefas entre as pessoas que moram na mesma casa seja uma realidade possível.

O presente trabalho está organizado em três partes. Na primeira apresentamos o contexto em que a Campanha está inserido, considerando a injusta divisão do trabalho doméstico e o atual momento de pandemia da Covid-19. Na segunda será exposto as principais discussões que tenham relação com o tema, tais como conceitos, pesquisas e dados, e por fim, as considerações finais como possíveis encaminhamentos diante da problemática apresentada.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

A existência de uma separação e hierarquização entre trabalho produtivo e reprodutivo está estruturada na divisão sexual do trabalho, que tem como característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva com maior reconhecimento e valorização social, cultural, política e econômica, e as mulheres à esfera reprodutiva restrito ao privado e historicamente invisibilizado. (KERGOAT, 2009; CARRASCO, 2003).

Essa separação que fundamenta a sociedade é resultado de uma longa tradição patriarcal, a qual foi consolidada pela industrialização e desenvolvimento do sistema capitalista, tornando os processos de reprodução da vida cada vez mais invisíveis. (CARRASCO, 2003). Nesse sentido, a união desses sistemas opressores transformaram a casa, que na era pré-industrial estava inserida no contexto da economia doméstica¹¹, em um espaço invisibilizado, tendo como consequência a desvalorização do trabalho doméstico, também chamado de trabalho reprodutivo.

Entretanto, novas pesquisas como as de Hildete Pereira de Melo et. al., (2007) e Jordana Cristina de Jesus (2018), ressignificam o trabalho doméstico, considerando-o como trabalho

nacional também tem parcerias com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Articulação Brasileira de Agroecologia (ABA) e a CESE, além do projeto Pró-Semiárido na Bahia.

¹¹ Angela Davis (2006 p.45), afirma que o lugar das mulheres era mesmo em casa - mas não porque elas pariam e criavam crianças ou porque atendiam às necessidades do marido. Elas eram trabalhadoras produtivas no contexto da economia doméstica [...].

não remunerado para criticar sua invisibilidade na economia, que ignora as longas jornadas das mulheres e a riqueza gerada por elas através dessa atividade.

De acordo com Melo et. al. (2007), entre os anos de 2001 a 2005, a valoração do trabalho doméstico não remunerado representou uma estimativa de 11% do PIB, onde 82% das contribuições são femininas e 18% masculina. Em 2006 a contribuição feminina contabilizou R\$213 bilhões de reais, e ao atualizar essas estimativas em 2011, os autores observaram que o trabalho doméstico não remunerado atingiu 13,4% do PIB brasileiro. (JESUS; WAJNMAN; TURRA, 2020).

Esse é um retrato da contradição entre o sistema capitalista e o bem-estar humano, mas entre a sustentabilidade da vida e o benefício econômico, nossas sociedades patriarcais têm optado pelo último. (CARRASCO, 2003). Contudo, como ressalta Miriam Nobre (2004), as mulheres produzem os trabalhadores que livremente podem vender sua força de trabalho ao capital, tendo em vista elas assumirem as principais tarefas domésticas e do cuidado com a família. Trazer à luz essas questões significa reconhecer o trabalho doméstico não remunerado como trabalho produtivo, tirando-o do campo da economia invisível.

No marco da discussão sobre assistência técnica agroecológica para mulheres rurais, através do Projeto ATER, Feminismo e Agroecologia¹², a sobrecarga do trabalho doméstico não remunerado e o cuidado com as pessoas foi uma questão trazida com muita força pelas mulheres. Juntas elas concluíram que a (injusta) divisão ainda constitui um forte impeditivo, ou uma grande barreira às mulheres para a conquista de seus direitos e a cidadania plena. A Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico surgiu desse processo, consolidando-se como uma ferramenta educativa, de cunho político e pedagógico inicialmente voltado às mulheres rurais. (JALIL; COSTA; OLIVEIRA, 2017).

Com a pandemia, causada pela Covid-19, a Campanha sentiu a necessidade de ser retomada e de ampliar sua atuação junto às mulheres urbanas, entendendo que nesse momento ocorre uma sobrecarga de trabalho no cotidiano das mulheres, independente de classe, raça, territorialidade e geração. Nesse sentido, a economista Cristiane Soares (2020), enfatiza que apesar da PNAD Contínua permitir calcular a jornada semanal das mulheres com os afazeres domésticos e de cuidados, ainda são muitas as limitações que dificultam observar a realidade

¹² Projeto ATER, Feminismo e Agroecologia na Região Nordeste do Brasil, uma parceria entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ), do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O projeto teve como objetivo capacitar e desenvolver processos formativos em rede junto às organizações, movimentos sociais, mistos e feministas, que atuam no campo agroecológico em chamadas públicas de assistências técnicas específicas: ATER Mulher e ATER Agroecologia.

acerca do uso do tempo pelos indivíduos. A autora ainda destaca que o avanço das mulheres no mercado de trabalho não implicou numa divisão mais justa das tarefas em casa, e que essa articulação entre trabalho remunerado e não remunerado tem resultado em maiores jornadas de trabalho.

Quando se trata de mulheres negras essa divisão é ainda mais injusta, porque ela se torna também social, o mundo do trabalho formal para as mulheres negras tem sido injusto e doentio para elas. Nesse período pandêmico essas mulheres têm sido confinadas e principalmente levadas a se inserir no ambiente informal de trabalho, sobretudo no serviço doméstico, resultando em extensas jornadas tanto em suas casas quanto fora delas, o que também contribui para a “feminização da pobreza”.

2.1 DIVIDIR AS TAREFAS DOMÉSTICAS É DIZER NÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

De acordo com a pesquisa sobre *o impacto do novo Coronavírus na vida das mulheres*¹³, realizada pelo Núcleo Jurema: Feminismos Agroecologia e Ruralidades, em parceria com a Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste e o Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 96% das mulheres entrevistadas afirmaram que o trabalho doméstico e de cuidados aumentou, 70,1% se sentem sobrecarregadas em relação a esses trabalhos e 68% são as únicas responsáveis. Esses dados corroboram com a pesquisa “*Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*”¹⁴, quando apontam que 41% das mulheres que seguiram trabalhando com manutenção de salários afirmaram trabalhar mais na quarentena.

Já as mulheres rurais dedicam 16h semanais a mais em comparação a jornada dos homens (PNAD, 2013), no entanto, diversos estudos¹⁵ mostram que existe uma discrepância entre esses dados e a verdadeira jornada de trabalho das mulheres, que impede observar os reais impactos que elas enfrentam. Alguns desses impactos podem ser vistos na pesquisa das Cadernetas agroecológicas no Semiárido brasileiro¹⁶, onde revela que as mulheres rurais com filhos menores de 10 anos tiveram rendimento médio mensal menor em comparação com as mulheres sem filhos, comprovando que a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados impede as mulheres de ter acesso à maior renda monetária. (FIDA, 2020).

¹³ Submetido à publicação. A pesquisa foi realizada com quase mil mulheres, sendo elas urbanas, rurais e indígenas.

¹⁴ Realizada pela SOF Sempre Viva Organização Feminista e a Gênero e Um.

¹⁵ Lorena Moraes et. al., (2020); Gema Esmeraldo (2006); Cristiane Soares (2020); Jordana Jesus (2018); Melo, Considera, Di Sabato (2007), são alguns desses estudos.

¹⁶ Projeto proposto pelo Programa SEMEAR Internacional - PSI em parceria com o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia – GT de Mulheres da ANA.

A pesquisa também observou que 85% das mulheres rurais afirmaram não trabalhar fora de casa, comprovando que elas enfrentam a dificuldade em separar o trabalho doméstico não remunerado e os cuidados com as pessoas dos outros tipos de trabalho que desenvolvem. Esse acúmulo do trabalho doméstico com outras atividades (de cuidados, produtivas, de participação, etc) dificultam o acesso delas ao mercado, fazendo com que 60% tenha afirmado como estratégia principal a comercialização em casa, seguida da venda na comunidade (36%).

Mas, até mesmo esses espaços criados como estratégias de autonomia estão sendo perdidos em meio à pandemia, como mostra a pesquisa já mencionada sobre *o impacto do novo Coronavírus na vida das mulheres*, em que 62,1% delas informaram que não estão produzindo alimentos. Dos 37,9% de mulheres que estão produzindo, 24,5% não está comercializando e 22,4% produz para alimentação da família. Do total de mulheres entrevistadas, 19,9% perdeu o trabalho ou deixou de trabalhar.

Nesse momento as mulheres estão numa situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, retrocedendo na conquista de sua autonomia, assim como estão mais propensas a desenvolverem relações de dependência, que aprofundam as desigualdades que elas já vivenciam, sobretudo no âmbito doméstico.

O trabalho do cuidado direcionado aos familiares, sejam eles crianças, enfermos ou idosos, também aumentou consideravelmente. Em 2019, 36,8% das mulheres afirmaram realizar esse tipo de trabalho (PNAD, 2020), que passou para 50% depois da pandemia, percentual que chega a 62% no caso das mulheres rurais. Entre as mulheres responsáveis por essas atividades, 72% afirmaram que aumentou a necessidade de monitoramento e companhia (SOF; GN, 2020).

Ainda de acordo com o relatório, 91% das mulheres acreditam que a violência doméstica aumentou ou se intensificou durante o período de isolamento social, sentimento de insegurança que é confirmado diante das estatísticas nacionais. Nos primeiros quatro meses da pandemia, o Brasil registrou um aumento nas denúncias feitas pelo Ligue 180 (14%), apenas no mês de abril¹⁷ o aumento representou 37,6%. (ANTUNES, 2020). Já o feminicídio cresceu uma média de 2% no primeiro semestre de 2020, representando 648 assassinatos a mais. No entanto, o relatório: Um Vírus, Duas Guerras, mostrou que uma mulher foi morta a cada 9 horas desde o começo da pandemia no Brasil.

A pandemia e o decorrente confinamento dos familiares acendem o alerta também para o adoecimento mental das mulheres, tendo em vista elas estarem exaustas com a realização

¹⁷ 2020.

simultânea de atividades em casa e bastante preocupadas com o futuro, sobretudo em relação à questão financeira (FREITAS, 2020). Como constata a pesquisa feita pela Care International, a pandemia de Covid-19 desencadeou uma crise global na saúde mental das mulheres, revelando que elas têm quase três vezes mais probabilidade de ter sua saúde mental afetada devido à pandemia. (OPPENHEIM, 2020).

Ao esmiuçar o contexto pandêmico percebe-se a dimensão das desigualdades de gênero, as quais são agravadas pelos fatores de raça, classe e territorialidade, mostrando a necessidade de olhar a pandemia também na perspectiva da interseccionalidade¹⁸. É nesse sentido que Graciete Santos¹⁹ (2020), enfatiza que nesse momento a Campanha tem um papel crucial, porque ela busca problematizar, questionar e visibilizar o trabalho doméstico e de cuidados como central, mostrando que em diferentes contextos e realidades, esse trabalho aumenta no cotidiano das mulheres, causando uma jornada extensa de serviços em casa.

O que significa que há uma urgência na resposta à crise com o olhar para as necessidades das mulheres, tanto as emergenciais, quanto as de longo prazo. Nesse contexto, as moradoras de favelas, periferias e comunidades pobres, além de indígenas e quilombolas, são as mais vulneráveis.

As políticas públicas são importantes para incidir nessa problemática, como o acesso universal à creche, que no Brasil ainda é uma realidade distante para as mulheres. Segundo a PNAD Contínua, em 2019 apenas 35,6% das crianças de 0 a 3 anos estão matriculadas em creches, percentual já distante da meta do Plano Nacional de Educação (PNE), que busca atingir 50% nos próximos três anos.

Numa perspectiva mais ampla, Angela Davis (2016) afirma que a abolição das tarefas domésticas enquanto responsabilidade privada e individual das mulheres é claramente um objetivo estratégico da libertação feminina (p. 244), que apenas será possível com a socialização das tarefas domésticas, incluindo o preparo das refeições e o cuidado das crianças.

2.2 A CAMPANHA COMO FERRAMENTA PARA UMA COMUNICAÇÃO POPULAR

A Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico junto às mulheres produziu vários materiais, como camisetas, bolsas, folders e cartazes, pensados em um primeiro momento para serem distribuídos em espaços diversos, bem como considerando em sua construção uma

¹⁸ Patricia Hill Collins (2017), a partir de diversas obras de feministas negras, se refere a interseccionalidade como uma ferramenta importante no campo da intelectualidade e das lutas políticas, sobretudo na busca de justiça social e políticas emancipatórias para pessoas cujas experiências de vida estavam circunscritas por um cruzamento de opressões, tais como racismo, sexismo, exploração de classe, nacionalismo, religião e homofobia.

¹⁹ Coordenadora da Casa da Mulher do Nordeste e integrante da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste.

perspectiva feminista de acolher e respeitar a diversidade de experiências das mulheres, que buscavam de maneira pedagógica dialogar com homens, jovens e crianças numa tentativa de sensibilizar a família para o compartilhamento justo das tarefas em casa.

Desse modo, as peças da campanha são verdadeiros marcos simbólicos da luta feminista e da construção coletiva de mulheres, que através de uma comunicação popular e democrática puderam acessar materiais didáticos, compartilhar informações e dados sobre a sobrecarga de trabalho das mulheres (BARBOSA; SOUZA; SANTOS, 2017). Em 2020 a retomada da Campanha exigiu que os materiais já produzidos fossem reeditados e novos fossem construídos para se adaptarem ao contexto de pandemia, encarando a dificuldade de pensar em como a Campanha iria chegar até as pessoas, em especial as mulheres, quando muitas delas estão confinadas em casa e com acesso restrito a informações.

Nesse sentido, Karine Freitas (2020) destaca a Zapnovela, que são episódios em formato de áudio compartilhados em grupos de WhatsApp, sobretudo em grupos de mulheres, e que falam de diversos temas, entre eles a auto-organização das mulheres, combate à violência de gênero e divisão justa do trabalho doméstico. A Zapnovela está na sua segunda edição e se transformou numa importante ferramenta que consegue alcançar e sensibilizar as mulheres, como mostra o depoimento da agricultora Bernailde Santos²⁰, que afirmou que *“a Zapnovela é boa para as pessoas despertarem, procurar seus direitos e saber que ninguém é dono de ninguém.”*

Com o distanciamento social, considerada uma das principais medidas de contenção da pandemia, a internet tem sido um espaço de disputa, onde as redes sociais²¹ da Campanha se apresentam como um espaço seguro de compartilhamento de informações, ampliação e fortalecimento da rede de mulheres, como também contribui no combate às *fake news* que tentam interromper o avanço desses processos. A Campanha neste momento tem apostado em novas ações como as projeções nas grandes capitais, como aconteceu em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A assessoria de comunicação também se expandiu, buscando alcançar os jornais, programas de rádio e demais meios de comunicação de forma popular e acessível.

Ao falar sobre comunicação popular, Cicilia Peruzzo (2006) afirma que ela tem caráter mobilizador e coletivo, representando um espaço para a participação democrática das pessoas, e por essa razão ela se apresenta como instrumento político, que assume o compromisso na

²⁰ Agricultora da comunidade de Várzea Bonita, Serrolândia (BA).

²¹ As redes sociais podem ser acessadas através dos links: <https://www.instagram.com/divisaojustadotrabalho/>
<https://www.facebook.com/peladivisaojustadotrabalhodomestico>

construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa através de um processo educativo transformador.

É a partir desse sentido que a Campanha se apresenta, consolidando-se enquanto construção coletiva de mulheres que apostam na comunicação e reflexão da necessidade de ressignificar o que se entende por trabalho, direitos e responsabilidades, e sua relação com a liberdade, economia e geração de renda. (BARBOSA; SOUZA; SANTOS, 2017). O resultado são processos de comunicação transformados pela Campanha em instrumentos políticos e educativos, concebidos a partir de uma metodologia feminista e popular.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico é antes de tudo uma experiência, construída junto às mulheres a partir das diversas demandas que elas vivenciam nos seus territórios. Com a pandemia esse processo precisou ser ampliado para que mais mulheres possam se apropriar da Campanha e de forma coletiva criar estratégias para o enfrentamento à violência diária que é a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados.

Como apontam Lorena Moraes, Laetícia Jalil e Maria do Socorro Oliveira (2017), esse trabalho naturaliza o papel social atribuído às mulheres, de esposa, mãe e dona-de-casa, totalmente ligado ao trabalho doméstico não remunerado. No entanto, com a Campanha, essa condição imposta às mulheres é questionada, ressignificando este trabalho que beneficia todos os integrantes da família e por este mesmo motivo, deve ser responsabilidade de todos.

O projeto/processo²² responsável pelo surgimento da Campanha demonstra bem a potência dos resultados obtidos quando se investe em metodologias específicas direcionadas às mulheres, que vivem opressões distintas e historicamente invisibilizadas.

Nesse sentido, a pesquisa sobre o uso do tempo tem sido apontada como a mais apropriada para compreender os vários trabalhos realizados durante o dia, quantificar o tempo destinado às atividades, evidenciar as pessoas responsáveis por cada tarefa e quem se beneficia desse trabalho, assim como identificar todas as atividades simultâneas, o que possibilita dar visibilidade ao conjunto de tarefas domésticas realizadas nos domicílios, que são, majoritariamente, responsabilidade das mulheres. (MORAES et. al., 2020; JESUS, 2018).

Ao corrigir os dados da PNAD 2013 utilizando em sua metodologia a pesquisa de uso do tempo, Jesus (2018) observou que a falta de detalhamento no questionário brasileiro levou a subnotificação das horas dedicadas ao cuidado das crianças, além de constatar que as mulheres

²² De acordo com Moraes et. al., nome dado ao “fazer diferente” durante a construção do Projeto Ater, Feminismo e Agroecologia com os seminários, intercâmbios, sistematizações de experiências, cartografia social e feminista, e outras formas de linguagem - subjetivas e corporais – utilizadas no processo.

produzem mais trabalho doméstico do que consomem durante quase todo ciclo de vida, especificamente entre os 15 e os 83 anos. Ou seja, é necessário repensar e avançar nas metodologias acerca das pesquisas sobre trabalho doméstico não remunerado e dos cuidados com as pessoas, caso o Brasil queira abordar essa temática com a seriedade que ela necessita, em especial no campo das políticas públicas.

Portanto, falar da divisão justa do trabalho doméstico é pautar a urgência numa mudança social, onde a casa seja um lugar saudável para as mulheres, a pandemia mostrou que essa é uma realidade que não pode continuar sendo ignorada pelo Estado nem por toda a sociedade, porque essa invisibilidade compromete a vida das mulheres. A Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico faz uma contraposição a esta realidade, incidindo na promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres por uma vida digna e livre de violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZMINA, et. al. **Um vírus e duas guerras.** Disponível em <<https://projetocolabora.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio-Um-virus-e-duas-guerras.pdf?x3311>>. Acesso em mar. de 2021.

BARBOSA, Glauce Freire Arzua; SOUZA, Ingrid Delcristyan de Assunção Farias; SANTOS, Janaína Henrique dos. **A Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico: quando uma questão tornar-se uma pedagogia (metodologia) de comunicação feminista.** In JALIL, Laetícia Medeiros; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima. **Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste.** Recife, 2017. p. 74-84.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, Karine. Dividir as tarefas domésticas é dizer não à violência contra a mulher. **Folha PE**, 03 de Dez. de 2020. Disponível em <<https://www.folhape.com.br/colunistas/mulheres-em-movimento/dividir-as-tarefas-domesticas-e-dizer-nao-a-violencia-contra-a-mulher/22011/>>. Acesso em dez. de 2020.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA). **Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020.** Salvador: FIDA, 2020.

JALIL, Laetícia Medeiros; COSTA, Michelly Aragão Guimarães; SOCORRO, Maria do Socorro de Lima. **Experiência do Projeto/Processo ATER, Feminismo e Agroecologia na**

construção do conhecimento: caminhos epistêmicos e saberes políticos-coletivos. In JALIL, Laécia Medeiros; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima. **Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste.** Recife, 2017. p. 23-38.

JESUS, Jordana Cristina de. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência: uma análise de produção, consumo e transferência.** 2018, 120 f. Tese (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

JESUS, Jordana Cristina de; WAJNMAN, Simone; TURRA, Cassio M. **Trabalho doméstico não remunerado e as transferências intergeracionais de tempo no Brasil.** In: MELO, Hildete Pereira; MORAES, Lorena Lima de. **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas** (Orgs). Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 141-170.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de gênero.** In: HIRATA, Helena et. al. **Dicionário Crítico do Feminismo** (Orgs). São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 67-75.

MELO, Hildete Pereira; CONSIDERA, Claudio Monteiro; SABBATO, Alberto Di. Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 435-454, dez. 2007.

MELO, Hildete Pereira; MORANDI, Lucilene; DWECK, Ruth Helena. **Uso do tempo e valorização do trabalho não remunerado no Brasil.** In: MELO, Hildete Pereira; MORAES, MORAES, Lorena Lima de. **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas** (Orgs). Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 109-140.

MENA, Fernanda. Pandemia deflagra crise do cuidado e põe em risco conquistas femininas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 de mar. de 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/03/pandemia-deflagra-crise-do-cuidado-e-poe-em-risco-conquistas-femininas.shtml>>. Acesso em Nov. de 2020.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Denúncias registradas pelo Ligue 180 aumentam nos quatro primeiros meses de 2020.** Governo Federal, 14 de maio de 2020. Disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/denuncias-registradas-pelo-ligue-180-aumentam-nos-quatros-primeiros-meses-de-2020>>. Acesso em Ago. de 2020.

MORAES, Lorena Lima de; JALIL, Laeticia Medeiros; OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima. Por que ainda discutir a “justa divisão sexual do trabalho?” **Alguns aportes necessários à luta por igualdade para as mulheres rurais no Brasil.** In: JALIL, Laetícia Medeiros; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima. **Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste.** Recife, 2017. p. 58-73.

MORAES, et. al. **Metodologias, trabalho e uso do tempo: compreendendo a rotina de mulheres rurais.** In: MELO, Hildete Pereira; MORAES, Lorena Lima de. **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas** (Orgs). Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 171-205.

NALU, Faria; NOBRE, Miriam. **A produção do viver: ensaios de uma economia feminista.** São Paulo: SOF, 2003.

NOBRE, Miriam. **Trabalho doméstico e emprego doméstico.** In: COSTA, Ana Alice. **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho** (Orgs.). São Paulo: CUT Brasil, 2004.

OPPENHEIM, Maya. Estudo inédito conclui que pandemia de coronavírus desencadeou uma crise global na saúde mental das mulheres. **O Globo**, 25 de Set. de 2020. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/celina/estudo-inedito-conclui-que-pandemia-de-coronavirus-desencadeou-uma-crise-global-na-saude-mental-das-mulheres-24655441>>. Acesso em dez. de 2020.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.** UNB, setembro de 2006.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIO: **PNAD.** Outras formas de trabalho. Rio de Janeiro:IBGE, 2019.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIO: **PNAD.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, v. 33, p.1-133, 2013.

SOF SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA; GÊNERO E UM. **Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia.** Relatório de Pesquisa. Disponível em <<http://mulheresnapanemia.sof.org.br/>>. Acesso em Jan. de 2021.

SOARES, Cristiane. **A importância das informações de uso do tempo para os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações sobre as pesquisas domiciliares oficiais.** In: MELO, Hildete Pereira; MORAES, Lorena Lima de. **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas** (Orgs). Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 75-107.